

# LUTAS (META)DISCURSIVAS NO GÊNERO CARTA/ NOTA DE REPÚDIO: A (IM)POLIDEZ NAS INSTÂNCIAS DA INTERAÇÃO<sup>1</sup>

## *(META)DISCURSIVE COMBATS IN THE LETTER/ NOTE REPUDIATION GENRE: THE (IM)POLITENESS IN THE INTERACTION INSTANCES*

Rodrigo Albuquerque  
Rafael Nogueira Cavalcante  
UnB

**Resumo:** Neste trabalho, almejamos analisar de que modo as estratégias de (im)polidez mitigam/intensificam, direta e indiretamente, lutas (meta)discursivas travadas por interagentes inscritos/as em uma Carta/Nota de Repúdio. No âmbito teórico, valemo-nos da interface da Sociolinguística Interacional e da Pragmática, buscando, para tanto, articular os debates de (im)polidez, de metapragmáticas e de proxêmica linguístico-discursiva no gênero discursivo em questão. No âmbito metodológico, o estudo, ancorado a um paradigma qualitativo, adota a Análise de Discurso Crítica como inscrição epistêmica, devido ao nosso interesse por uma análise que perpassasse as esferas linguístico-discursiva e pragmático-interacional, com foco na convergência texto-discurso e sociedade. No âmbito analítico, examinamos uma carta produzida por Alexandre Lencina Fagundes, presidente da COSEMS/SC, em repúdio às atitudes de Carlos Wizard, ex-conselheiro do Ministério da Saúde, em que predominou o uso de recursos linguístico-discursivos mitigadores.

**Palavras-chave:** Carta/Nota de Repúdio. (Im)polidez. Metapragmáticas. Proxêmica linguístico-discursiva. Mitigação.

**Abstract:** *In this work, we aim to analyze how the (im)politeness strategies mitigate/intensify, directly and indirectly, (meta)discursive struggles established by interactants enrolled in a Letter/Note of Repudiation. In the theoretical scope, we use the interface of Interactional Sociolinguistics and Pragmatics, seeking to articulate the debates of (im)politeness, metapragmatics and linguistic-discursive proxemics in the discursive genre. In the methodological scope, the study, anchored to a qualitative paradigm, adopts Critical Discourse Analysis as an epistemic inscription, due to our interest in an analysis that permeates the linguistic-discursive and pragmatic-interactional spheres, focusing on text-discourse and society convergence. In the analytical scope, we examined a letter produced by Alexandre Lencina Fagundes, president of COSEMS/SC, in repudiation of Carlos Wizard's attitudes, former counselor of the Ministry of Health, in which the predominant use of mitigating linguistic-discursive resources.*

**Keywords:** *Repudiation Letter/Note. (Im)politeness. Metapragmatics. Linguistic-discursive proxemics. Mitigation.*

---

1. Esta produção acadêmica inscreve-se no projeto “Interações on-line em tempos de pandemia: violência linguístico-discursiva em gêneros textuais diversos”.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Assumimos que a divergência de opiniões, comum nas interações mediadas on-line (THOMPSON, 2018), pode frequentemente ser oriunda de antagonismos ideológicos, os quais podem desencadear atitudes e falas (não)violentas, a depender dos propósitos interlocutivos, das identidades dos/as interagentes inscritos/as no gênero discursivo e das perspectivas ideológicas de tais sujeitos no texto. Preliminarmente, podemos considerar que o repúdio não se associa à mera divergência de opiniões, mas perpassa um embate político-ideológico-identitário que, inegavelmente, afeta as interlocuções em torno do ato em questão. Além disso, associações do tipo *repúdio desencadeia impolidez*, indiscutivelmente, não passariam de especulações pautadas tão somente no estado de espírito inicial do/a autor/a da Carta/Nota de Repúdio. Logo, investigações que se instanciam nos planos linguístico-discursivo e interacional devem, antes de tudo, primar por análises empíricas e contextualmente situadas, considerando-se, é claro, as práticas socioculturais que integram o gênero em questão. Por esse motivo, esta pesquisa, inscrita no contexto da pandemia de COVID-19, almeja analisar de que modo as estratégias de (im)polidez mitigam/intensificam, direta e indiretamente, lutas (meta)discursivas de interagentes inscritos/as em uma Carta/Nota de Repúdio.

Partimos da premissa de que o fenômeno da polidez, mesmo com seu caráter universal, se manifesta diferentemente em contextos socioculturais diversos (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017), por meio de semioses verbais e não verbais. Em tempos de pandemia, são cada vez mais notórias interações mediadas on-line permeadas por diversas atitudes que denotam não somente impolidez, mas, em especial, agressividade, de modo que tais atores/atrizes sociais possam dirigir estratégias linguístico-discursivas violentas a seus/suas interactantes, mobilizando discursos misóginos, homofóbicos, xenofóbicos e racistas. De modo geral, as Cartas/Notas de repúdio podem ser motivadas por dada violência linguístico-discursiva prévia, mas – devido, sobretudo, às instâncias discursivas em que a carta/nota circula e aos/às interagentes inscritos/as nesse gênero – podem mitigar a impolidez, mantendo-se, todavia, a força argumentativa.

Na seção seguinte, discutiremos, à luz da Sociolinguística Interacional e da Pragmática, o uso de estratégias de (im)polidez no domínio linguístico (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987; CULPEPER, 1996), discursivo (EELLEN, 2001; MILLS, 2003; WATTS, 2009 [2003]) e interacional (GRAINGER, 2011; CULPEPER, 2011b; KÁDÁR; HAUGH, 2013) – três ondas dos estudos de (im)polidez – no gênero discursivo (BAKHTIN, 2010 [1992]) Carta/Nota de Repúdio. Na sequência, adotaremos a Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001), como método de pesquisa, na análise de uma Carta/Nota de Repúdio. Por fim, analisaremos a carta/nota e a manifestação pública que motivou sua produção, sob nossa orientação teórico-metodológica, para, enfim, aventarmos algumas reflexões finais.

## 2. CARTA/NOTA DE REPÚDIO: ENTRE O LINGUÍSTICO, O DISCURSIVO E O INTERACIONAL

No dicionário comum, repudiar significa “repelir, rejeitar” (FERREIRA, 2008, p. 425). Repelir, por sua vez, se associa a desaceitar, inadmitir, discordar, desarmonizar; ao passo que rejeitar, a desaprovar, opor-se (FERREIRA, 2008). Avaliamos que, embora a acepção não esteja diretamente relacionada à impolidez, a ação de repudiar, bem como os sentidos a ela associados, transita pela linha tênue entre ser impolido/a e polido/a, e a escolha (entre uma ação e outra) se justifica pelas práticas socioculturais a que nos inscrevemos. Por essa pressuposição, trataremos, nesta seção, dos estudos de (im)polidez de primeira (domínio linguístico/micro), de segunda (domínio discursivo/macro) e de terceira (domínio interacional/meso) ondas; e, na sequência, de um debate concernente ao gerenciamento das estratégias de (im)polidez no gênero discursivo Carta/Nota de Repúdio.

Os estudos de primeira onda (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987; CULPEPER, 1996) perspectivam a (im)polidez como universal (pancultural), estratégica (uso de estratégias/máximas/regras linguísticas) e ética (pautada no/a pesquisador/a como analista). Sob o rótulo de regras de polidez, Lakoff (1973) avalia que, entre ser claro/a e polido/a (uma avaliação feita por pessoas que detêm competência pragmática), devemos, com frequência, escolher não ser impositivos/as, oferecer opções e fazer com que o/a outro/a se sinta bem. Igualmente ancorado a esse modelo retórico interpessoal, Leech (1983) recomenda obedecermos a seis máximas da polidez – tato, generosidade, aprovação, modéstia, acordo e simpatia, as quais, em linhas gerais, recomendam minimizar os custos e maximizar os benefícios ao/à outro/a. Brown e Levinson (1987), por sua vez, ganham centralidade nos estudos situados na primeira onda, propondo um modelo com base tanto na tríade poder (em relações assimétricas), distância social (em relações simétricas) e grau de imposição, como componentes sociológicos; quanto na noção de face, que consiste na imagem social que os/as interagentes convocam para si na busca pela aprovação mútua (GOFFMAN, 1967).

Brown e Levinson (1987) propõem um quadro com cinco macroestratégias, que, em um gradiente de maior a menor ameaça, varia entre: (i) ameaçar a face diretamente sem reparo; (ii) ameaçar a face diretamente com reparo por meio de superestratégia de polidez positiva; (iii) ameaçar a face diretamente com reparo por meio de superestratégia de polidez negativa; (iv) ameaçar a face indiretamente; e (v) não ameaçar a face. Concebendo a impolidez como a ausência de polidez e igualmente afiliado à noção goffmaniana de face, Culpeper (1996) indica as cinco seguintes macroestratégias de impolidez: (i) ameaça direta à face, sem ação reparadora; (ii) ameaça direta à face sem ação reparadora por meio de superestratégia de impolidez positiva; (iii) ameaça direta à face sem ação reparadora por meio de superestratégia de impolidez negativa; (iv) ameaça indireta à face (insinceridade, brincadeira, sarcasmo, ironia); e (v) ausência de polidez.

Em decorrência das críticas dirigidas aos estudos de primeira onda, em especial à indissociabilidade entre expectativas sociais e ofensas linguisticamente proferidas (EELLEN, 2001;

WATTS, 2009 [2003]; BOUSFIELD, 2008; GRAINGER, 2011), nascem os estudos de segunda onda (EELLEN, 2001; MILLS, 2003; WATTS, 2009 [2003]), cujo foco – da (im)polidez – passa a ser não só êmico (pautado na avaliação dos/as interagentes), mas, principalmente, social/discursivo (fruto de lutas (meta)discursivas). Na medida em que a (im)polidez se constrói a partir de tais lutas (WATTS, 2009 [2003]; CULPEPER, 2011a, 2011b), estas se tornam mais fulcrais do que a (in)adequação social (HAUGH; CULPEPER, 2018). Situamos que, na convergência entre os estudos de primeira e de segunda onda, as estratégias de (im)polidez, avaliadas intersubjetivamente, fazem emergir camadas metapragmáticas – linguísticas, discursivas, políticas, ideológicas e culturais (SIGNORINI, 2008; BLOMMAERT, 2014) – como “racionalizações sobre o uso da linguagem, inseridas em sistemas locais de interação, e relacionadas às formas metalinguísticas que permitem referenciar e predicar a própria linguagem” (PINTO, 2019, p. 226).

Apesar dos grandes avanços dos estudos de segunda onda, as críticas dirigidas a estes relacionam-se, em linhas gerais, a posturas excessivamente combativas aos estudos de primeira onda, que acarretaram o completo abandono do domínio micro (pragmalinguístico) em detrimento do domínio macro (sociopragmático) (TERKOURAFI, 2005; HAUGH, 2007b; GRAINGER, 2011; LEECH, 2014; BLITVICH; SIFIANOU, 2019). Além disso, tais estudos trouxeram riscos relativos à reificação da voz dos/as participantes (HAUGH; CULPEPER, 2018) e ao uso de conceitos psicológicos como *intenção*, *percepção* e *avaliação* (GRAINGER, 2011). Assim, emerge, no campo da (im)polidez, os estudos de terceira onda (GRAINGER, 2011; CULPEPER, 2011b; KÁDÁR; HAUGH, 2013), que privilegiam um domínio meso/interacional, o qual não só integra as duas ondas anteriores, em uma abordagem pragmática integrativa (CULPEPER; HAUGH, 2014; HAUGH; CULPEPER, 2018), mas, principalmente, redimensiona-as.

Embora Haugh e Culpeper (2018) façam referência ao ano de 2011 como marco para tais estudos, avaliamos que as contribuições para esse marco, por sucessivos giros epistêmicos, tenham origem na noção de face relacional/interacional (ARUNDALE, 2006); e na (im)polidez empiricamente observada em dados enquadrados (TERKOURAFI, 2005) interacionais, a partir da existência de uma implicatura de polidez negociada em instâncias intersubjetivas (HAUGH, 2007a, 2007b). Nasce, portanto, os estudos de (im)polidez de terceira onda, aos quais nos afiliamos, que congregam descrição metalinguística, uso de formas linguísticas, avaliação intersubjetiva (CULPEPER, 2011b) e análise holística da interação (GRAINGER, 2011), de modo que a (im)polidez não se instancie nem no uso linguístico nem na norma social, mas nas práticas sociais (KÁDÁR; HAUGH, 2013). Acrescemos, por fim, que a dimensão interacional nos possibilita conceber que os/as interagentes negociam, constantemente, suas distâncias interlocutivas, estabelecidas no âmbito (não)verbal e construídas co(n)textualmente.

Para tratar de tais distâncias, recorreremos ao conceito de proxêmica linguístico-discursiva (ALBUQUERQUE; MUNIZ, no prelo), que é oriundo da noção de proxêmica (HALL, 1963) e, mais proximamente, da noção de proxêmica verbal (CARREIRA, 1997). A partir da pressuposição de que os/as interagentes gerenciam seus espaços física e socialmente (HALL, 1963), Carreira (1997) transpôs as relações espaciais (proxêmica) para domínios não espaciais (proxêmica verbal), a

fim de se considerar que, no plano semântico-pragmático, as formas de tratamento marcam maior/menor distância/proximidade. Albuquerque e Muniz (no prelo), em sintonia com tais construtos, propõem que a proxêmica linguístico-discursiva “regula as distâncias estabelecidas/construídas pelos/as interagentes tanto nas dimensões materiais (cotexto) quanto nas dimensões subjetivas (contexto), o que engloba, por conseguinte, instâncias verbais e não verbais”. Esse mecanismo de modalização intersubjetiva, na regulação proximidade/distanciamento, pode desencadear interações mais polidas, afetivas e afiliadoras ou interações mais impolidas, agressivas e invasivas, dependendo não só da estratégia e da avaliação dos/as interlocutores, mas também do enquadre gerado pela própria prática social.

Defendemos, a partir do percurso teórico trilhado – três ondas dos estudos de (im)polidez, metapragmáticas e proxêmica linguístico-discursiva –, a nossa escolha por uma abordagem pragmática integrativa. Ao surgir da tensão entre o micro e o macro, o nível meso, presente nessa abordagem, possibilita o estudo da (im)polidez tanto por analistas quanto por observadores/as, considerando-se os sentidos emergentes contextualmente situados (CULPEPER; HAUGH, 2014; HAUGH; CULPEPER, 2018), os quais decorrem de proxêmicas coconstruídas e elicitam camadas metapragmáticas. Somos partidários de que “fenômenos pragmáticos, como a (im)polidez, não podem ser totalmente explicados pelas lentes de apenas uma perspectiva ou método de análise” (HAUGH; CULPEPER, 2018, p. 220) e, por essa razão, reforçamos que “a chave para integrar essas diferentes perspectivas e métodos de análise é tratar a interação como o *locus* primário de análise” (HAUGH; CULPEPER, 2018, p. 220).

Transpomos, integralmente, essa abordagem para a nossa discussão em torno dos gêneros discursivos, considerando-os um dos eixos sociocognitivos de linguagem (ALBUQUERQUE, 2019), inscrito nas perspectivas sócio-histórica, dialógica (BAKHTIN, 2010 [1992]), pragmática, sociocultural, sociocognitiva (MILLER, 1984, 1994; BAZERMAN, 2014 [2004]) e sociointeracionista (BRONCKART, 2003 [1996], 2007 [1999], 2001). Essa composição teórica não consiste em um ecletismo irrefletido, mas em uma intertextualidade de escolas distintas, cujo caráter mestiço traz “a qualidade mais notável que a perspectiva dos estudos de gêneros tem a oferecer aos estudos da linguagem” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 368).

Desse *cluster* teórico, afiliamo-nos a uma instância pragmático-interacional no que tange à noção de gêneros discursivos, concebendo que estes preveem sujeitos perspectivados entre si que enunciam, avaliam e negociam estratégias mais/menos (im)polidas, consoantes com seus propósitos interlocutivos, altamente vinculados ao funcionamento do gênero em que tais interagentes se inscrevem. Para tanto, partimos do modelo proposto por Albuquerque (2019), que concebe ser o texto resultante do afunilamento de três eixos sociocognitivos de linguagem (ferramentas linguístico-discursivas, sequências textuais e gêneros textuais), conforme ilustra a figura seguinte.



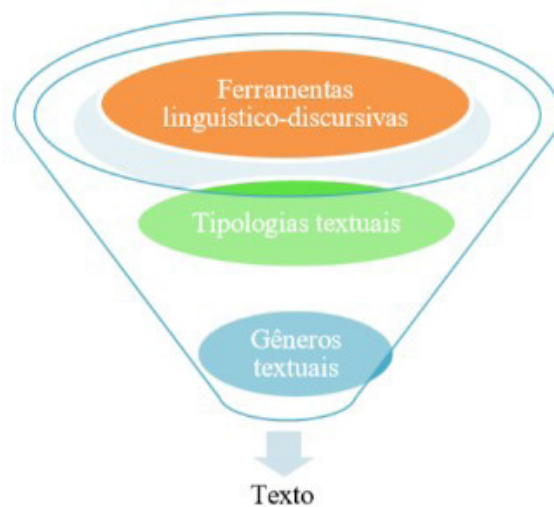


Figura 1 – Modelo de eixos sociocognitivos de linguagem  
 Fonte: Albuquerque (2019)

Trazendo uma sintética linha do tempo, o trabalho de Resende e Vieira (2016), que inspirou reflexões iniciais em Albuquerque (2016), previu quatro níveis de linguagem: os potenciais para significação na língua (abstrato); os tipos textuais como ação discursiva (aspectos linguísticos a serem utilizados); os gêneros discursivos em conformidade com os propósitos comunicativos (social); e o texto como realização (concreto). Em adaptação a esse trabalho, Albuquerque (2016), a partir do que denominou metáfora do funil, sugeriu haver quatro níveis de linguagem articulados em cascata. Segundo o autor (2016, p. 500-501), as ferramentas linguístico-discursivas, como recursos disponíveis para o/a usuário/a da língua, “moldam a construção de tipologias textuais, que se organizam de modo a formar o gênero textual (expectativa, cognitivo, abstrato), que regulará a produção do texto (material, social, concreto)”. Em suma, tais níveis se tornavam mais específicos (funil), de modo que os mais gerais acarretassem os mais específicos (cascata) (ALBUQUERQUE, 2016).

Verticalizando o modelo, Albuquerque (2019) propõe que, na produção do texto, estão articulados três eixos sociocognitivos de linguagem: as ferramentas linguístico-discursivas, as sequências textuais (em substituição a *tipologias textuais*, por focalizar o aspecto sequencial e reduzir o teor exclusivamente metalinguístico) e os gêneros textuais (que, por uma razão conceitual, serão denominados aqui de gêneros discursivos<sup>2</sup>). Iremos, a partir desse último modelo, explorar teoricamente os três eixos na produção textual (e, em certa medida, trazer algumas adaptações ao modelo em questão) no que tange, principalmente, à construção de interações linguístico-discursivamente (im)polidas na Carta/Nota de Repúdio.

O **primeiro eixo** contempla as ferramentas linguístico-discursivas a serem, potencialmente, utilizadas em dado texto. Frisamos que a composição linguístico-discursiva fortalece a ideia

2. Traremos, nas páginas seguintes, uma breve discussão que fundamenta nossa escolha conceitual e terminológica.

de que as nossas escolhas linguísticas não se dão em um vácuo social, mas se relacionam com aspectos discursivos, de forma que tenhamos à nossa disposição estratégias linguístico-discursivas que, ao serem enunciadas, moldam uma camada metapragmática; e, ainda, possamos avaliar, em nível metapragmático, que estratégias linguístico-discursivas se tornam mais adequadas para a interlocução. Esse nível de linguagem abrange as reflexões concernentes às duas primeiras ondas dos estudos de (im)polidez, incluindo-se as metapragmáticas, por ser um eixo que abarca os potenciais usos (estratégias de (im)polidez) e as reflexões acerca dos eventuais usos (avaliações metapragmáticas dos/as interagentes). Seria nesse eixo que não só decidiríamos entre sermos (im)polidos/as, mas de que modo a (im)polidez poderia ser construída.

Traremos, aqui, duas reflexões muito comuns nas produções de textos que se articulam com uma enunciação (im)polida. A primeira delas seria, na ameaça direta à face com reparo por meio de superestratégia de polidez negativa, a impessoalização dos/as interagentes (BROWN; LEVINSON, 1987), ou, a depender das reflexões, a nominalização destes/as, como estratégia de impolidez. A outra seria, na ameaça direta à face com reparo por meio de superestratégia de polidez positiva (BROWN; LEVINSON, 1987), o acordo (assim como a evitação do desacordo) (LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987), ou, a depender das futuras escolhas interlocutivas, o desacordo não mitigado ou até intensificado, como estratégia de impolidez. Tais reflexões, sem dúvida, são feitas com base em questões identitárias, ideológicas, políticas, (contra)hegemônicas, em alinhamento com as demandas das práticas socioculturais a que os/as interagentes se inscrevem.

O **segundo eixo**, por acarretamento e afunilamento do primeiro, traz, potencialmente, as sequências textuais a serem moldadas em conformidade com as reflexões linguístico-discursivas feitas previamente. Julgamos ser necessário frisar que ainda se trata de um eixo instanciado em uma esfera mais paradigmática (escolhas das sequências textuais mais coerentes com a futura interlocução), que, aos poucos, vai se tornando mais sintagmático (à medida em que integra o texto/a interação). Em outras palavras, apesar de trazerem marcas linguísticas (ANTUNES, 2017) e, mais ainda, de serem definidas por sua natureza linguística (MARCUSCHI, 2008), as sequências não são (mas caminham ao encontro de serem) exemplares concretos de texto (ANTUNES, 2017), nem materialização em dado texto (MARCUSCHI, 2008), tampouco unidade viva da língua (BONINI, 2005), embora já tragam, conforme previu Albuquerque (2019), ações mais gerais (narrar, descrever, expor, argumentar e prescrever comportamentos<sup>3</sup>), que, ao ganharem maior concretude (maior incursão social), se especializam em atendimento às demandas genéricas (dos gêneros discursivos).

Para que possamos compreender a integração dos dois eixos, podemos imaginar que a sequência textual descritiva seja moldada por processos adjetivais – apreciativos/depreciativos –, como ferramenta linguístico-discursiva que possa integrar a futura interação e colaborar para a construção de ações (im)polidas. Embora o uso de adjetivos já tenha, no plano linguístico, uma acepção positiva/negativa, tal avaliação não se instancia no significado prototípico, mas no sentido

---

3. A sequência textual injuntiva prescreve comportamentos por meio de ferramentas linguístico-discursivas que se voltam para essa finalidade, como é a tendência dos verbos no imperativo.

que esses termos ganham na interação, considerando-se, ao menos, quem fala para quem e de que modo. Um termo pejorativo, como, por exemplo, corno ou vaca, pode ganhar, no plano interacional, uma dimensão afiliativa e afetuosa.

No que tange, ainda, à futura interlocução (im)polida, situamos que a impessoalização/nominalização dos/as interagentes e o (des)acordo, em resgate ao primeiro eixo, sejam decisões a serem refletidas na construção de uma sequência textual argumentativa *lato sensu* (segundo eixo). No caso da impessoalização/nominalização, nossa projeção, em dada esfera interlocutiva, pode preservar ou atacar as faces (GOFFMAN, 1967) dos/as interlocutores/as, assim como atribuir maior/menor responsabilidade pelas ações vinculadas a estes/as. No caso do (des)acordo, essa mesma projeção é capaz de construir, como sequência textual argumentativa *lato sensu*, interações mais/menos conflitivas e mais/menos mitigadas, que, das ações mais polidas às mais impolidas, variam, segundo Holmes e Marra (2004), entre evitar o conflito, desviar do conflito, resolver o conflito por negociação ou resolver o conflito por autoridade.

Ainda sobre o uso de ferramentas linguístico-discursivas que manifestam o (des)acordo, as quais constroem uma sequência textual argumentativa *lato sensu*, o gradiente polidez/impolidez pode se dar pelo contínuo proposto por Pomerantz (2006 [1984]): acordo intensificado (termo avaliativo mais forte), semelhante (termo avaliativo repetido) e suavizado (termo avaliativo menos intenso); e desacordo pelo atraso de resposta com silêncio, pelo pedido de esclarecimento, pela repetição parcial do que foi dito, pela utilização de reparadores para preparar o desacordo e pelo início de desacordo propriamente dito.

Chegando ao **terceiro eixo** – os gêneros discursivos –, cabe, antes de tudo, conceituar essa noção e, a partir daí, justificar a nossa adesão ao termo, ampliando esse debate para a gradação conceitual entre gênero discursivo e texto. Os gêneros, até este ponto, seriam, em alusão ao funil, um ponto de convergência de sequências textuais (narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa e injuntiva), que, por sua vez, foram moldadas por suas respectivas ferramentas linguístico-discursivas. Além dessa catalisação, orientada por nossas práticas socioculturais de linguagem, os gêneros discursivos são, consoante Bakhtin (2010 [1992]), forma padrão relativamente estáveis, em que, segundo Albuquerque (2017), visionamos, na *forma padrão*, componentes genéricos mais objetivos/estáticos e normativos, que apontam para o que seria cognitivamente previsível no gênero; ao passo que, na *relativa estabilidade*, perspectivamos componentes genéricos mais subjetivos/dinâmicos e criativos, que dão visibilidade àquilo que seria cognitivamente possível no gênero.

Em sintonia com essa vertente de gêneros discursivos, compreendemos que eles são, em uma perspectiva pragmática, sociocultural e sociocognitiva, (i) fenômenos de reconhecimento psicossocial, por meio do qual sinalizamos modos típicos de agir e damos forma às atividades sociais em que nos inscrevemos (BAZERMAN, 2014 [2004]); (ii) ações retóricas tipificadas oriundas de situações retóricas recorrentes (MILLER, 1984); e (iii) forma cultural e cognitiva de ação social (MILLER, 1984, 1994). O repúdio, nessa linha de pensamento, congregaria todos esses atributos: tanto reconhecimento psicossocial quanto modo típico, cultural e cognitivo de agir em situações retóricas recorrentemente conflitivas.



Os gêneros, em perspectiva sociointeracionista, funcionam como megainstrumento – “uma configuração estabilizada por vários subsistemas semióticos [...] permitindo agir eficazmente numa classe bem definida de comunicações” (SCHNEUWLY, 2004, p. 25), de modo que cada texto produzido, considerado singular, seja produto de uma realização semiótica de dada ação linguística, graças ao contato com modelos genéricos disponíveis em dada língua natural (BRONCKART, 2003 [1996], 2007 [1999], 2001). Destacamos, por fim, que esse hibridismo conceitual, conforme salienta Motta-Roth (2008), converge na ideia de que os gêneros discursivos são usos da linguagem associados a atividades sociais, que, por serem recorrentes, mantêm certa estabilidade na forma, no conteúdo e no estilo. Nossa adesão por gênero discursivo (e não textual) tem, como gênese, o debate em torno da fronteira entre o que consideramos ser discurso e ser texto.

A concepção tridimensional de **discurso** (FAIRCLOUGH, 2001) – prática social, prática discursiva e texto – nos traz encaminhamentos teórico-metodológicos muito claros para visionarmos as dimensões textuais e discursivas. Estamos imersos em práticas sociais eivadas de projeções identitárias e ideológicas, e, por conseguinte, de lutas (contra-)hegemônicas, cujos sentidos, atrelados aos processos de produção, de distribuição e de consumo textual (práticas discursivas), se instanciam no texto (FAIRCLOUGH, 2001). Em Fairclough (2001), **texto** é, com frequência, associado a uma dimensão material que, em dada situação comunicativa, se corporifica em dado gênero (MARCUSCHI, 2008, 2010), e discurso é aquilo “que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva” (MARCUSCHI, 2008, p. 25). Entretanto, para nós, o conceito de práticas discursivas, como uma espécie de contexto que colabora com a construção de sentidos, está completamente entremeado ao conceito de texto.

Se concebemos que texto é “... o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2015 [2004], p. 44), não podemos, em hipótese alguma, vincular o texto exclusivamente à dimensão material. Ele, na verdade, constitui “um enunciado [...], que acontece como evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto, expressa por uma combinação de sistemas semióticos” (CAVALCANTE *et al.*, 2019, p. 26). Talvez essa singularidade, como evento único e irrepetido, possa se confundir com as instâncias materiais. Por outro lado, não podemos descartar a ideia de que texto é (também) materialidade, mas permeada por uma atividade sociocognitiva de preenchimento – pelas ações dos/as interagentes – dos vazios naturais do texto (ANTUNES, 2009).

Essa relação dialética entre texto e [gênero do] discurso é claramente construída na concepção de que “... o texto acontece concretamente como evento comunicativo...” (CAVALCANTE *et al.*, 2019, p. 26) – razão que, provavelmente, motive a associação do texto à materialidade. Entretanto, seus sentidos se instauram pela (inter)ação constituída em dada situação enunciativa, pelos indícios contextuais vinculados aos contextos socioculturais, pelas determinações dos gêneros discursivos, pelas conexões intertextuais e pelos percursos argumentativos (CAVALCANTE *et al.*, 2019). Texto, portanto, se perspectiva “como **unidade de sentido em construção** por atores sociais estratégicos; e estes, por extensão, **(inter)locutores e (co)autores**, cujos parênteses reforçam a volatilidade e a dinamicidade dos papéis interlocutivos...” (ALBUQUERQUE, 2022, p. 140 –

grifos do autor).

A esse respeito, propomos, a partir de Albuquerque (2019), uma noção contínua entre ambos os conceitos, na medida em que o gênero funcione como enquadre sociocognitivo (mais virtual e menos material) realizado pelo/a interagente, com base em seu contato com o texto (menos virtual e mais material), que se vincula a dado gênero. Além disso, assumimos que o rótulo gênero textual possa focalizar uma dimensão mais textual do construto, mas que o rótulo gênero discursivo – a nossa escolha – propicie que o componente discursivo encapsule o componente textual, de modo que este esteja, portanto, contemplado naquele. Entendemos que a expressão *gênero textual* parece fazer alusão ao gênero ao qual dado texto se vincula (gênero **de** texto); ao passo que *gênero discursivo* parece se vincular às práticas socioculturais, que englobam inscrições discursivas, enunciações textualmente empíricas e singulares, e discursos textualmente orientados<sup>4</sup>.

Devido à escassa presença de estudos relativos ao gênero discursivo Carta/Nota de Repúdio, tivemos certa dificuldade de enquadrá-lo nos gêneros epistolares presentes na literatura. Não tínhamos interesse no-enquadre-pelo-enquadre (apenas para trazer distinções no plano formal), mas intencionávamos compreender como sua função comunicativa se aproximava/distanciava dos subtipos de cartas mais recorrentes, já que os diferentes campos de atividades, conforme assevera Silva (1997), geram subgêneros do gênero carta. Com isso, os distintos subgêneros sinalizariam modos típicos de agir e mobilizariam recursos semióticos particulares, cuja especificidade poderia não ser tão visível, dada a existência de um rótulo “abrangente e pouco esclarecedor” (SILVA, 1997, p. 121) e a relativa estabilidade dos gêneros epistolares, que estariam sob esse grande guarda-chuva denominado carta.

Em um primeiro momento, encontramos certa aproximação com a Carta de Leitor, na medida em que esta (i) possibilitaria ao/à leitor/a “legitimar sua reação frente aos fatos políticos e sociais de nossa sociedade, seja para protestar, seja para elogiar, seja para denunciar” (PASTANA, 2007, p. 21); (ii) poderia socializar reflexões, relatos de experiências e indignação (repúdio) (SILVA, 1997; MELO, 1999; PASSOS, 2006); (iii) atenderia a diversos propósitos, como opinar, agradecer, reclamar, solicitar e elogiar (BEZERRA, 2010); (iv) congregaria sequências textuais narrativas (por depoimentos/re relatos) e argumentativas (por reflexões) (PASSOS, 2006); e (v) contemplaria, entre seus subtipos, a carta de indignação, a qual demonstra “seu repúdio a certas atitudes ou fatos ocorridos, clamando por mudanças que seus autores julgam necessárias” (PASSOS, 2006, p. 88).

Para além da questão do protesto, da reclamação, da indignação e da crítica, a Carta de Leitor, oriunda de um domínio discursivo<sup>5</sup> jornalístico (MARCUSCHI, 2008), propicia que “leitores interajam com o jornal dando a este uma ideia das expectativas daqueles em relação à linha editorial” (COSTA, 2005, p. 28), função que, sem dúvida, traz um contexto bastante específico em

4. Não poderíamos deixar de registrar aqui as lúcidas contribuições de Paiva (2019) para o debate, ao defender, na perspectiva da complexidade, o termo *gêneros da linguagem* como um termo guarda-chuva. A decisão da autora (2019) mantém plena sintonia com a visão de Bezerra (2017, p. 32), para quem é completamente improdutiva a dicotomia gêneros discursivos/gêneros textuais, uma vez que “a compreensão holística dos gêneros inclui a compreensão dessas duas dimensões que lhes são constitutivas”.

5. Segundo Marcuschi (2010, p. 24), os domínios discursivos, como “esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana”, propiciam “o surgimento de discursos bastante específicos”.

comparação a uma manifestação *lato sensu* de repúdio, que pode se dar em outras esferas discursivas; e, por essa razão, se instanciar em outro domínio discursivo, marcar outro propósito comunicativo e convocar outros/as interlocutores/as.

Diante disso, enquadramos a Carta/Nota de Repúdio, que, comumente, surge nas interações mediadas on-line (THOMPSON, 2018), como um subtipo da Carta Aberta, dado que esta (i) figura no jornalismo, mas adquiriu maior visibilidade nas redes sociais (OLIVEIRA; ZANUTTO, 2017); (ii) trata de temas de interesse particular, mas com divulgação pública (OLIVEIRA; ZANUTTO, 2017), selecionando, como leitores/as, tanto pessoas públicas quanto grupos de interlocutores/as inscritos/as em dadas comunidades, de modo que estes/as, mesmo não sendo o *alvo*, identifiquem o assunto, ajudem na divulgação e pressionem os/as envolvidos/as na resolução do problema (OLIVEIRA, 2018); (iii) funciona como recurso em lutas sociais, minimizando-se a assimetria entre grupos dominados (OLIVEIRA; ZANUTTO, 2017) e mobilizando interlocutores/as, a partir de um problema social comum, a aderirem dada ideia, em prol de uma coletividade, com vistas a denunciar, reclamar e/ou conscientizar (OLIVEIRA, 2018); e (iv) organiza-se, centralmente, por meio de uma tese a ser defendida com argumentos que travam uma batalha e buscam convencer os/as interlocutores/as (OLIVEIRA; ZANUTTO, 2017).

Ao tratar do gênero discursivo Carta Aberta, Oliveira (2018) evidencia que os/as interlocutores/as, por não terem intimidade entre si, mantêm distanciamento e respeito, com a expectativa de veicularem uma imagem social de educados/as e cultos/as, assim como de terem seus argumentos apreciados. Com essa passagem, almejamos destacar a convergência entre a (im)polidez (dimensões linguística, discursiva e interacional), as metapragmáticas e a proxêmica linguístico-discursiva com os eixos sociocognitivos de linguagem (ferramentas linguístico-discursivas, sequências textuais e gêneros discursivos): a (im)polidez se manifesta na interação contextualmente situada, decorrente de nossa inscrição em dado gênero discursivo. Para tanto, concebemos que a Carta/Nota de Repúdio deva ser a nossa unidade de análise – por ser ela que possibilita uma análise sociointeracional empírica –, em consonância com os pressupostos de terceira onda: a coconstrução de sentidos pelos/as interagentes inscritos/as no gênero, a partir de ferramentas linguístico-discursivas potencialmente (im)polidas, as quais geram sequências textuais de maior/menor projeção argumentativa e produzem, em um eixo de maior/menor proximidade intersubjetiva, metapragmáticas de deslegitimação, de desvalorização, de responsabilização, entre várias outras, na interação (no texto) em curso.

### **3. CARTA/NOTA DE REPÚDIO: ENTRE (PER)CURSOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa inscreve-se, por completo, em uma episteme qualitativa, (i) por se constituir como “forma de ação social que enfatiza o modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências para entender a realidade social dos sujeitos” (MOHAJAN, 2018, p. 2); por considerar a “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”, e sua consequente indissociabilidade (CHIZZOTTI, 2000, p. 79); por focalizar “o significado subjetivo ou a produção social de

questões, eventos ou práticas” (FLICK, 2014, p. 542); e por ser “orientada por dados e sensível ao contexto” (MASON, 2002, p. 24). Em suma, interessa-nos, no âmbito metodológico-analítico, perspectivar, como atributo essencial de nossa pesquisa, uma interpretabilidade relativamente estável, assumidamente subjetiva e completamente provisória, já que, para nós, os dados não conduzem a pesquisa, e sim as lentes por meio das quais enxergamos o nosso objeto de estudo: as lutas (meta)discursivas, articuladas pelo uso de estratégias de (im)polidez, no gênero Carta/Nota de Repúdio.

Como método inscrito nessa abordagem (qualitativa), selecionamos a Análise de Discurso Textualmente Orientada (FAIRCLOUGH, 2001), em decorrência de objetivarmos realizar uma análise que perpassasse instâncias linguística, discursiva e interacional, com especial interesse pelos efeitos sociais desencadeados por sentidos do texto (RESENDE; RAMALHO, 2011). No âmbito metodológico, consideramos (i) as três dimensões do discurso – prática social, prática discursiva e texto (FAIRCLOUGH, 2001), em resgate ao que já apresentamos na seção anterior; e (ii) as categorias analíticas estrutura genérica<sup>6</sup>, representação de atores/atrizes sociais e modalidade, representadas, respectivamente, pelos significados acional (gênero), representacional (texto e discurso) e identificacional (estilo).

No que diz respeito aos procedimentos de pesquisa, elencamos os seguintes: (i) estabelecer, em sintonia com o objetivo deste trabalho, critérios de inclusão e de exclusão para a seleção de Cartas/Notas de Repúdio; (ii) pré-selecionar, em uma busca *Google*, cartas/notas que tratassem de temáticas relacionadas à pandemia de COVID-19 e que, por essa razão, tivessem uma abrangência temporal de 2020-2021 (período da pandemia à época em que geramos os dados – outubro de 2021); (iii) selecionar, entre as cartas pré-selecionadas, Cartas/Notas de Repúdio que tivessem sido produzidas por entidades da esfera da saúde no combate a *Fake News*; (iv) escolher apenas uma Carta/Nota de Repúdio por meio da qual tivéssemos acesso à declaração que motivou a expressão de repúdio; (v) pesquisar, novamente na ferramenta *Google*, o texto que provavelmente motivou a produção da carta/nota; (vi) reunir outros textos que, porventura, se relacionassem com o repúdio e com a declaração que gerou o repúdio; (vii) gerar um *Portable Document Format* (PDF) com o conjunto de textos (declaração polêmica, Carta/Nota de Repúdio e outros textos relacionados); (viii) mapear recursos linguístico-discursivos que integram a carta e a declaração sob análise; e (ix) analisar os recursos linguístico-discursivos no texto, sob a ótica do conjunto teórico já apresentado.

#### **4. CARTA/NOTA DE REPÚDIO: UMA ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS**

Nesta seção, analisaremos as estratégias de (im)polidez utilizadas em uma Carta/Nota de Repúdio na mitigação/intensificação de lutas (meta)discursivas entre o COSEMS/SC (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina), as declarações do então conselheiro do

---

6. Selecionamos a categoria faircloughiana *estrutura genérica*, mas frisamos que o nosso interesse não está na estrutura pela estrutura, mas no componente pragmático-interacional que, de algum modo, emerge do plano formal.

Ministério da Saúde Carlos Wizard e o público-leitor. Para tanto, assistimos à entrevista que Carlos Wizard concedeu à CNN e transcrevemos, na íntegra, o trecho que, provavelmente, motivou o COSEMS/SC a produzir a carta.

Em entrevista concedida à CNN de pouco mais de quinze minutos, Carlos Wizard, que, à época, era conselheiro do Ministério da Saúde e era cogitado a assumir a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da pasta, fez várias declarações em resposta às perguntas dirigidas a ele, que giraram em torno da defesa do tratamento precoce pela hidroxicloroquina e da estatística de casos/óbitos por COVID-19. Em determinado momento da entrevista, uma das entrevistadoras fez um questionamento, o qual foi respondido por Wizard do seguinte modo<sup>7</sup>:

ENTREVISTADORA:

[...] Já saíram na mídia algumas reportagens em que o senhor defende uma recontagem dos números de casos de coronavírus que são então contabilizados hoje pelo Ministério da Saúde. Eu queria saber, na avaliação do senhor, o que está então errado na forma com que esses números são contabilizados hoje e como funcionaria uma nova metodologia do Ministério da Saúde e, a partir de quando, então, ela pode começar a ser implementada.

ENTREVISTADO:

Minha gente, nós não estamos tão preocupados com o passado. Nós estamos preocupados com o presente e mais importante com o futuro. O que nos preocupa, sim, é que alguns gestores – é lamentável afirmar isso, mas eu tenho que ser transparente – alguns gestores públicos estão se valendo dessa pandemia pra trazer o maior volume de recursos para o seu estado, para o seu município, de forma tal que estão inflacionando, estão inflando o número de óbitos. Você sabe, eu sei, a população do Brasil sabe. Existem centenas e milhares de pessoas que nunca tiveram sintomas nenhum do COVID-19. Por alguma razão, eles vieram a óbito e saiu no certificado de óbito indicando (SIC) morreu de Covid. Gente, isso é um absurdo, isso é uma irrealidade. Então, o que nós defendemos, sim, é um critério mais apurado para, de fato, identificar quem são as vítimas do Covid e quem teve uma outra *causa mortis*. Mas, falando no global, o que nós pretendemos mesmo é diminuir essa ação de evoluir da fase 1 pra 2, da 2 pra 3, da 3 pra 4. Sabe por quê? Nós temos hoje no Brasil dois mil municípios que ninguém está contaminado pelo COVID-19, daí nós temos mais dois mil municípios que já tem a contaminação, mas não teve nenhum caso de morte, e nós temos mais mil municípios que tiveram 1, 2 ou 3 óbitos. Então nós estamos falando de cinco mil municípios, gente, e nós temos condição de blindar esses municípios, de forma tal que não venham a ter essa pandemia trazendo um número elevado de mortes. Como que nós vamos blindar é simples: fazendo tratamento precoce logo que aparecerem os primeiros sintomas.

Com base em uma declaração anterior de Carlos Wizard, a entrevistadora o questionou quanto à defesa de recontagem, solicitando que fossem apontados os erros na contabilização e as

7. O vídeo está disponível em: <http://www.cnnbrasil.com.br/saude/wizard-defende-criterio-mais-apurado-para-divulgacao-de-mortos-por-covid-19/> Acesso em: 19 nov 2021.



prováveis soluções por meio de uma nova metodologia que corrigisse tais erros. Destacamos, de sua resposta, o trecho entre as linhas 2 e 9, em que Carlos Wizard acusou gestores públicos por falta de transparência (linhas 3 e 4), por desvio de verbas (linhas 4 e 5) e por manipulação de dados (linhas 6 a 9). Embora o ex-conselheiro tivesse utilizado a impessoalização dos/as interagentes – *gestores (públicos)* –, a fim de minimizar as lesões às faces negativas dos gestores acusados (certa preservação territorial), houve uma inegável vinculação referencial a gestores – de modo genérico – que atuavam na área da saúde, que, na declaração feita, foram acusados de desvio de verbas e de manipulação de dados. Sua declaração pública, indiscutivelmente acusatória, reduziu, por completo, a distância interlocutiva; ameaçou as faces das instituições de saúde; e aventou uma luta (meta) discursiva que ganhou relevo na carta a qual analisaremos na sequência. A carta, publicada em 7 de junho de 2020, versou sobre o repúdio contra as declarações de manipulação de dados relativos à COVID-19 no Brasil. De modo geral, ela manifestou o repúdio às declarações de Carlos Wizard acerca da manipulação e do falseamento de dados da COVID-19, sob a acusação de que tais dados poderiam ter sido supervalorizados. Segundo o COSEMS/SC, essa declaração não procedia.



**CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS  
DE SAÚDE DE SANTA CATARINA**

07/06/2020

**Nota de Repúdio**

**Contra declarações de manipulação de dados da COVID-19 no Brasil**

O COSEMS/SC, que representa 295 Secretarias Municipais de Saúde vem a público manifestar veemente repúdio às declarações do senhor Carlos Wizard, futuro Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, quando afirma que Secretários Estaduais de Saúde falseiam dados sobre óbitos decorrentes da COVID-19 em busca de mais “orçamento”.

As declarações impregnadas de desconhecimento de causa jogam no obscurantismo todo o trabalho desenvolvido pelas autoridades e profissionais da Saúde de todos os estados e municípios brasileiros que atuam com base na ética e na orientação das autoridades mundiais da Saúde (OMS) e melhores evidências técnico-científicas disponíveis para o combate da pandemia do coronavírus.

Seria inaceitável tal pronunciamento, se o senhor Carlos Wizard já respondesse investido do cargo de secretário, mas não é crível que alguém que nem está nomeado no cargo fale e aja para modificar o formato das estatísticas da COVID-19 no Brasil.

Reiteramos que todos os profissionais da Saúde agem dentro dos parâmetros éticos conforme as orientações das autoridades mundiais da Saúde (OMS) e jamais aceitariam manipular dados em troca de mais verbas em detrimento de vidas.

O COSEMS/SC entende que tais declarações provocam mais incertezas na adoção de medidas corretas para o combate da pandemia do coronavírus no Brasil. A tentativa de acobertar a realidade levará o país no caminho mais tortuoso para recuperar a volta das atividades da economia e a vida em sociedade.

O COSEMS/SC manifesta total e irrestrito apoio aos profissionais médicos e a todos os profissionais da Saúde que têm se dedicado, de forma incansável, a salvar vidas.

ALEXANDRE LENCINA - Assessor de Comunicação em Saúde  
ENCOMENDAS 244244689  
11/06/2020 14:00:00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES**

**Presidente do COSEMS/SC**

Ao apresentar, no primeiro parágrafo, a estrutura organizacional do COSEMS/SC,

Alexandre Lencina Fagundes (autor da carta e presidente do conselho) destacou o número de secretarias que representava (linha 1), ação que, para nós, já sinalizava a legitimidade do órgão para manifestar o repúdio que, na sequência, foi anunciado (linhas 1 a 3). Ao apresentar o termo *repúdio* e direcioná-lo ao *senhor Carlos Wizard* (linha 2), ficou notória a desvalorização da face positiva do então futuro secretário, por meio de estratégia de impolidez positiva que transcendia o desacordo/a desaprovação, dado que o repúdio, em um contínuo, extrapolaria o nível do desacordo/da desaprovação, por se associar à rejeição/à repulsa; e, ao mesmo tempo, ameaçaria a territorialidade de uma figura pública como ele, por meio de estratégia de impolidez negativa, ação minimamente mitigada pela forma de tratamento mais polida – *senhor* (linha 2) – que precedeu seu nome. A referência direta (nominalização do alvo do repúdio) a Carlos Wizard e o desacordo fortemente intensificado (repúdio) constituem, em primeiro momento, estratégias de impolidez com lesão às faces positiva e negativa, que reduzem a distância interlocutiva, maximizam os custos (publicamente) ao outro e decorrem de uma luta (meta)discursiva no que tange à legitimidade/ilegitimidade das informações.

Ao longo deste parágrafo, houve intensificação da impolidez, com o uso do adjetivo *veemente* (linha 2), que trouxe um espectro de maior intensidade ao repúdio, que se aproximava de uma manifestação de desacordo intensificada. A ação de vir *a público manifestar veemente repúdio* (linhas 1 e 2) se associava à inegável dissonância linguístico-discursiva e político-ideológica do conselho quanto às declarações dadas à CNN. A argumentação seguiu, portanto, com marcas linguístico-discursivas de grande projeção textual e de baixa mitigação, dada a referência direta ao ex-conselheiro, com discreta mitigação (e, neste momento, menor projeção textual) ao se dirigir o repúdio não a ele, mas às suas declarações (linhas 2 a 4). Essa oscilação – maior projeção textual/menor mitigação e menor projeção textual/menor mitigação – eram, provavelmente, decorrentes das demandas do próprio gênero, o qual prevê a manifestação clara do ato de repúdio como luta social, mas, ao mesmo tempo, convoca interagentes em perspectiva de maior distanciamento interlocutivo (pela formalidade, pela distância dos/as interagentes e pela elevada exposição das faces).

Ao final deste parágrafo, notamos uma espécie de culminância de ações predominantemente impolidas, ao se afirmar que os secretários *falseiam dados e buscam mais “orçamento”* (linha 4), conforme declarado na entrevista à CNN. O objeto do repúdio foi, portanto, apresentado no primeiro parágrafo, sem quaisquer mitigações, o que se justifica, muito provavelmente, pela alta necessidade de clareza (é preciso entender, objetivamente, o objeto do repúdio), e pela reação às declarações impactantes feitas na entrevista da CNN, as quais geraram custos para a face institucional e desencadearam metapragmáticas não só desvalorizadoras, mas, principalmente, acusatórias. Esse caráter violento instaurou lutas (meta)discursivas abertas, fazendo com que os/as leitores/as da carta/nota pudessem identificar o assunto, ajudar na divulgação e pressionar os/as envolvidos/as na resolução do problema (OLIVEIRA, 2018).

No segundo parágrafo, a passagem *As declarações impregnadas de desconhecimento de causa* (linha 1) desvalorizou, por completo, a face de Carlos Wizard, ao se mencionar que este, diferentemente das *295 Secretarias Municipais de Saúde*, desconhecia os dados atinentes à estatística de mortes por

COVID-19, com a ressalva de que optou por mitigar a impolidez positiva por meio do eufemismo *impregnadas de desconhecimento* (linha 1), em vez de ter usado expressões similares a *declarações mentirosas, declarações evadidas de ignorância etc.* Contudo, a passagem foi seguida por uma estratégia direta de impolidez positiva, visto que o argumento de que *as declarações [...] jogam no obscurantismo todo o trabalho desenvolvido pelas autoridades e profissionais da Saúde* (linhas 1 e 2) marcou não só a desvalorização das declarações de Carlos Wizard, mas, principalmente, a deslegitimação e a acusação de que suas ações iam totalmente de encontro às diretrizes estabelecidas por *autoridades mundiais da Saúde (OMS) e melhores evidências técnico-científicas* (linhas 3 e 4).

Ainda neste parágrafo, houve nítida defesa da face institucional do COSEMS/SC, que fora desvalorizado pelas alegações de Carlos Wizard, ao ter legitimado *todo o trabalho desenvolvido pelas autoridades e profissionais da Saúde* (linhas 1 e 2) e, paralelamente, ter ampliado essa ação em nível nacional, dado ter atribuído o mérito do trabalho realizado a *todos os estados e municípios brasileiros* (linha 2). Sua legitimação ganhou força argumentativa na medida em que explicitou que o trabalho fora construído *com base na ética e na orientação das autoridades mundiais de Saúde (OMS)* (linha 3), assim como nas *melhores eficiências técnico-científicas disponíveis para o combate da pandemia do coronavírus* (linhas 3 e 4). Nessa passagem, ficaram claras a emergência de lutas (meta)discursivas – entre as declarações do futuro Secretário do Ministério da Saúde e a avaliação crítica de tais ações (deslegitimando-as e legitimando a voz da ciência) – e a preservação da face positiva institucional.

No terceiro parágrafo, notamos que a entidade intensificou a desvalorização da face positiva de Carlos Wizard, ao ter argumentado que ele não teria legitimidade para se pronunciar quanto ao *formato das estatísticas da COVID-19* (linha 3). Destacamos que essa intensificação teve início na passagem *seria inaceitável* (linha 1), a qual já mantinha forte congruência com o objetivo da carta (o repúdio às declarações de Carlos Wizard), construindo um sentido que transcendia o mero desacordo. O primeiro argumento deste parágrafo girou em torno do fato de que já *seria inaceitável tal pronunciamento, se o senhor Carlos Wizard já respondesse investido do cargo de secretário* (linhas 2 e 3). Pelo uso condicional, expressou-se uma inaceitabilidade para uma condição/hipótese que, na prática, não teria a menor possibilidade de se concretizar (**se** [ele fosse secretário] significa **não ser** secretário); e, ao mesmo tempo, intensificou, no segundo argumento, que essa inaceitabilidade se tornava ainda mais latente, ao se explicitar que *não é crível que alguém que nem está nomeado no cargo fale e aja para modificar o formato das estatísticas da COVID-19 no Brasil* (linhas 2-3). Logo, se fosse secretário, suas declarações seriam inaceitáveis; não sendo secretário, como era o caso, a gravidade e a ilegitimidade de suas declarações aumentavam. Em tempo, reiteramos que a expressão *modificar o formato das estatísticas da COVID-19 no Brasil* (linhas 2 e 3) intensificou as acusações, com impacto tanto para a face positiva (desvalorização) quanto para a face negativa (territorialidade). A acusação, portanto, tanto desvalorizava e invadia território, quanto fundamentava (e inflamava) a ação de repúdio, o que reiterava a formação de camadas metapragmáticas de (des)legitimação.

O quarto parágrafo seguiu com uma luta (meta)discursiva que envolvia tanto a letigimação das ações do COSEMS/SC e a preservação de sua face institucional, lesada por Carlos Wizard, quanto a deslegitimação das ações deste e o ataque à sua face. O verbo *reiterar* (linha 1) reforçou

os argumentos anteriormente utilizados na legitimação e na preservação da face institucional, e predicou a ratificação de informações também já disponibilizadas – *os profissionais da Saúde agem dentro dos parâmetros éticos conforme as orientações das autoridades mundiais da Saúde* (linhas 1 e 2). Na sequência, houve retomada, igualmente, da crítica lançada no primeiro parágrafo, ao ter enunciado que *jamais [esses profissionais] aceitariam manipular dados em troca de mais verbas em detrimento de vidas* (linhas 2 e 3), com o provável objetivo de deslegitimar as ações de Carlos Wizard e atacar à sua face, por meio de estratégias de impolidez positiva (desvalorizadora e deslegitimadora) e negativa (ameaça à sua territorialidade). O uso do advérbio *jamais* (linha 2), ao revelar a impossibilidade de agirem com outra conduta, intensificou a crítica em curso e, em especial, deu relevo a lutas (meta)discursivas entre parâmetros éticos demandados pela OMS e posicionamentos antagônicos no que diz respeito às medidas de combate ao coronavírus.

No quinto parágrafo, avaliamos que as estratégias de impolidez positiva e negativa predominaram, uma vez que a carta trouxe, em suma, o posicionamento institucional quanto ao perigo de declarações similares à feita por Wizard. Todavia, tais estratégias foram relativamente mitigadas, haja vista que Wizard não foi, em todo o parágrafo, nominalizado, embora soubéssemos que as críticas eram dirigidas a ele, pelo foco dado à incerteza das declarações (linha 1) e à tentativa de acobertar a realidade (linha 2). Mesmo assim, destacamos que os sentidos emergentes em um texto não se constroem apenas na materialidade (cotexto) – tampouco na materialidade setORIZADA (5º parágrafo) –, o que nos faria avaliar, apenas no âmbito linguístico, que houve mitigação da impolidez. Tais sentidos emergiram de um cotexto contextualmente situado, fazendo-nos concluir que houve certa mitigação, com a provável estratégia de reduzir a impolidez (pela impessoalização do interagente), mas tão somente para abrandar a impolidez conduzida pela argumentação até aqui empreendida. Ou seja, o repúdio já havia sido manifestado claramente (assim como a deslegitimação e a ameaça à face do futuro secretário), não havendo, portanto, necessidade de intensificá-lo nessa passagem.

Ressaltamos, ainda no quinto parágrafo, que a crítica se manteve, mesmo com a impessoalização do interagente, no momento em que a entidade (i) associou as ações de Carlos Wizard ao aumento das incertezas (linha 1) e, por conseguinte, à emergência de *Fake News*; (ii) fez referência a medidas corretas (linhas 2 e 3), deixando evidente que só havia medidas corretas e incorretas (não haveria meio-termo); (iii) destacou a *tentativa de acobertar a realidade* (linha 2), de forma que o termo *tentativa* pudesse transparecer uma intenção que poderia ser coibida, por exemplo, por cartas de repúdio como a escrita por Alexandre Lencina Fagundes; e (iv) visionou o perigo dessas declarações na construção de um futuro tortuoso que impactava a vida social, o que incluía a economia (linhas 3 e 4), ratificando uma luta (meta)discursiva instada em dimensões linguístico-discursivas e político-ideológicas.

Após ter associado as declarações de Carlos Wizard às ações de desconhecimento, obscurantismo (segundo parágrafo), ilegitimidade (terceiro parágrafo), manipulação de dados, desvalorização de vidas (quarto parágrafo) e tentativa de ofuscar a realidade (quinto parágrafo), o sexto parágrafo destacou o posicionamento institucional quanto ao apoio a profissionais de saúde, intensificando esse apoio em um âmbito total e irrestrito (linha 1), com vistas a valorizar/legitimar

as ações técnico-científicas e, por conseguinte, desvalorizar/deslegitimar as declarações de alguém ilegítimo e irresponsável. Esse posicionamento manteve congruência com toda a construção argumentativa, deixando proeminente, inclusive pelo uso do recurso tipográfico (negrito), o alinhamento da instituição com a ciência no que tange *a salvar vidas* (linha 2). Na esfera da interação, a carta/nota buscou reparar os danos à face institucional dirigidos aos gestores de saúde na entrevista concedida à CNN, fortalecendo a imagem social do COSEMS/SC na carta/nota, e trazendo um conjunto de fatos que, ao mesmo tempo, deslegitimavam Wizard e legitimavam as instituições públicas de saúde.

Em nossa análise, o repúdio se instanciou como uma reação a uma violência linguístico-discursiva anteriormente dirigida a um órgão (no caso de nossa análise, o COSEMS/SC), mas que também poderia ser direcionado a pessoas (personalidades públicas ou não) que, recorrentemente, se valem de estratégias de polidez positiva e negativa lançadas para si, como ação de defesa tanto no âmbito da valorização quanto no âmbito da preservação territorial; e de estratégias de impolidez positiva/negativa – não raramente mitigadas, com ameaça à face do alvo do repúdio (neste caso, a ciência brasileira). Todavia, frisamos que a violência linguístico-discursiva é proveniente da figura pública caluniadora, jamais da entidade atacada, dado que esta se posiciona, abertamente, para ter direito à voz (assim como o/a caluniador/a teve), o que significa que as estratégias de impolidez (mesmo as não mitigadas) usadas pelo COSEMS/SC não se associam à violência linguístico-discursiva, mas ao combate de violências que, diariamente, se perpetuam em nossa sociedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceber que a (im)polidez se instancia em um domínio meso, o qual integra aspectos linguístico-discursivos sociointeracionalmente negociados, significa analisar interações permeadas por estratégias linguístico-discursivas potencialmente (im)polidas, o que requer, sem dúvida alguma, perspectivar o texto como unidade de sentido única, cuja coerência se dá, subjetivamente, a partir dos olhos de quem lê e de quem, por meio desse texto, age socialmente. Nossa análise, inegavelmente provisória e perspectivada por nossa incursão teórico-metodológica, possibilitou enxergarmos que a Carta/Nota de Repúdio manteve maior clareza e maior projeção argumentativa, assim como maior polidez e maior mitigação. As ações impolidas, de modo geral, se deram em combate à desvalorização e às acusações dirigidas aos/às gestores/as de saúde, buscando deslegitimar Carlos Wizard e, por conseguinte, legitimar as instâncias que se dedicavam, incessantemente, à luta pela vida. Ao mesmo tempo, a manifestação do desacordo, como base para uma ação de repúdio, e a impessoalização dos/as interagentes, como estratégia mitigadora da força do desacordo intensificado (repúdio), foram consonantes com a proxêmica linguístico-discursiva assumida pelos/as interagentes, considerando-se a formalidade e o distanciamento previstos no gênero Carta/Nota de Repúdio.

Ter utilizado estratégias de polidez não trouxe opacidade ao repúdio pretendido, já que a argumentação foi conduzida solidamente, com estratégias que se aproximavam de uma impolidez mitigada dirigida a Carlos Wizard, com exceção da constante, clara e notória acusação de manipulação



estatística. Concluímos, com base em nossos dados, que (i) polidez e repúdio não são ações sociais contrastantes, visto que podemos manifestar repúdio com estratégias que mitigam os impactos às faces, sobretudo pelo enaltecimento da face própria; e que (ii) polidez e clareza argumentativa não são ações textuais dissonantes, dado ser possível veicular centralmente o repúdio e sustentá-lo com argumentos alinhados a esse sentimento, mantendo-se o uso de estratégias de polidez congruentes com a instância interlocutiva, que, pelas próprias demandas do gênero, inscreve os/as interagentes em um contexto de maior formalidade e de maior distanciamento.

Nossas reflexões finais – de que polidez e força argumentativa não se antagonizam – vão ao encontro do provisório desfecho dessa interação. Em 7 de junho de 2020, Carlos Wizard publicou a seguinte nota<sup>8</sup>:

Informo que hoje (7/junho) deixo de atuar como Conselheiro do Ministério da Saúde, na condição *pro bono*. Além disso, recebi o convite para assumir a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da pasta. Agradeço ao ministro Eduardo Pazuello pela confiança, porém decidi não aceitar para continuar me dedicando de forma solidária e independente aos trabalhos sociais que iniciei em 2018 em Roraima. Peço desculpas por qualquer ato ou declaração de minha autoria que tenha sido interpretada como desrespeito aos familiares das vítimas da Covid-19 ou profissionais de saúde que assumiram a nobre missão de salvar vidas.

Acreditamos que, diante das injustiças sociais e da necessidade urgente de reparo, a Carta/Nota de Repúdio se torna uma forte aliada para legítimas manifestações e ações coletivas. O contexto de pandemia deixa vestígios de práticas socioculturais que tendem a ser crônicos, como as *Fake News*, que, muitas vezes, acompanham discursos de ódio e instauram violência linguístico-discursiva em interações mediadas on-line. Logo, explorar essa temática constitui uma necessidade atemporal, para além desse gênero discursivo presente no mundo digital, instigando futuras pesquisas que se dediquem a investigações concernentes ao modo de (inter)agir dos/as atores/atrizes sociais em outros gêneros discursivos. Para (muito) além de manifestações restritas a uma materialidade textual, a carta/nota evoca (des)alinhamentos socioculturais e intersubjetivos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. Formação da competência leitora no ensino superior: uma prática de leitura analítico-reflexiva da coerência textual em artigo científico. *Desenredo*, v. 12, n. 2, p. 496-516, 2016.

ALBUQUERQUE, R. A noção de gêneros textuais no ensino de português brasileiro como língua adicional (PBLA): por uma prática centrada na cena genérica. In: SILVA, F. C. O.; VILARINHO, M. M. O. (Orgs.). *O que a distância revela: Diálogos em Português Brasileiro como Língua Adicional*. Brasília: UAB, 2017.

8. A nota está disponível em: <http://www.cnnbrasil.com.br/saude/apos-polemica-sobre-dados-da-covid-19-carlos-wizard-deixa-o-ministerio-da-saude/> Acesso em: 19 nov 2021.

ALBUQUERQUE, R. Ferramentas linguístico-discursivas, sequências textuais e gêneros textuais: eixos sociocognitivos de linguagem em diálogo na produção textual. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 85-102, 2019.

ALBUQUERQUE, R. Entre o comunicar e o interagir: contribuições epistêmicas da sociolinguística interacional para a Linguística Textual. *Revista de Letras*, v. 1, n. 41, p. 138-154, 2022.

ALBUQUERQUE, R.; MUNIZ, A. Proxêmica linguístico-discursiva: um mecanismo de modalização intersubjetiva. *Fórum Linguístico*, [no prelo]

ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009.

ANTUNES, I. *Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas*. São Paulo: Parábola, 2017.

ARUNDALE, R. B. Face as relational and interactional: A communication framework for research on face, facework and politeness. *Journal of Politeness Research*, v. 2, n. 2, p. 193-216, 2006.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [1992].

BAZERMAN, C. Speech Acts, Genres, and Activity Systems: How Texts Organize Activity and People. In: WARDLE, E.; DOWNS, D. (Eds.). *Writing about writing: A College Reader*. Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 2014 [2004].

BEZERRA, B. *Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais*. São Paulo: Parábola, 2017.

BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor na sala de aula. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

BLITVICH, P. G-C.; SIFIANOU, M. Im/politeness and discursive pragmatics. *Journal of Pragmatics*, v. 145, p. 91-101, 2019.

BLOMMAERT, J. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

BOUSFIELD, D. *Impoliteness in Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008.

BRONCKART, J. P. Gêneros textuais, tipos de discursos e operações psicolinguísticas. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 49-69, 2003 [1996].

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2007 [1999].

BRONCKART, J. P. *L'enseignement des discours. De l'appropriation pratique à la maîtrise formelle*. Research on Child Language Acquisition. New-York: Cascadilla Press, 2001.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARREIRA, M. H. *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémie verbale et modalités en portugais*. Louvain-Paris: Peters, 1997.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; CUSTÓDIO FILHO, V.; CORTEZ, S. L.; PINTO, R. B. W. S.; PINHEIRO, C. L. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, S. D. Cartas de leitores: gênero discursivo porta-voz de queixa, crítica e denúncia no jornal O Dia. *Soletras*, v. 5, n. 10, p. 28-41, 2005.

CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, v. 25, p. 349-67, 1996.

CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011a.

CULPEPER, J. Politeness and impoliteness. In: AJIMER, K.; ANDERSEN, G. (Eds.). *Pragmatics of Society*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011b. p. 393-438.

CULPEPER, J.; HAUGH, M. *Pragmatics and the English Language*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

EELLEN, G. *A Critique of Politeness Theories*. Manchester: St. Jerome, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio: o dicionário da língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2008.

FLICK, U. *An introduction to qualitative research*. 5th ed. London: Sage Publications, 2014.

GOFFMAN, E. *Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior*. UK: Penguin University Books, 1967.

GRAINGER, K. 'First order' and 'second order' politeness: Institutional and intercultural contexts. In: LINGUISTIC POLITENESS RESEARCH GROUP (Org.). *Discursive approaches to politeness*. Walter de Gruyter: Berlin/Boston, 2011. p. 167-188.

HALL, E. T. A System for the Notation of Proxemic Behavior. *American Anthropologist*, v. 65, n. 5, p. 1003-26, 1963.

HAUGH, M. The co-constitution of politeness implicature in conversation. *Journal of Pragmatics*, v. 39, n. 1, p. 84-110, 2007a.

HAUGH, M. The discursive challenge to politeness research: An interactional alternative. *Journal of Politeness Research*, v. 3, n. 2, p. 295-317, 2007b.

HAUGH, M.; CULPEPER, J. Integrative pragmatics and (im)politeness theory. In: ILIE, C.; NORRICK, N. R. (Eds.). *Pragmatics and its Interfaces*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 213-239.

HOLMES, J.; MARRA, M. Leadership and managing conflict in meetings. *Pragmatics*, v. 14, n. 4, p. 439-62, 2004.

KÁDÁR, D. Z.; HAUGH, M. *Understanding Politeness*. UK: Cambridge University Press, 2013.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Abordagem intercultural da polidez linguística: problemas teóricos e estudo de caso. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Orgs.). *Descortesia e cortesia: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez, 2017.

KOCH, I. V. *Introdução à linguística textual: Trajetórias e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015 [2004].

LAKOFF, R. T. The logic of politeness; or, minding your p's and q's. In: CORUM, C. et al. (Eds.). *Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, p. 292-305, 1973.

LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.

LEECH, G. N. *The Pragmatics of Politeness*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

MASON, J. *Qualitative Researching*. 2nd ed. London, Thousand Oaks & New Delhi: SAGE, 2002.  
MELO, G. R. B. *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. 1999. 264f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

- MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, v. 70, p. 151-67, 1984.
- MILLER, C. R. Rhetorical Community: The Cultural Basis of Genre. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Eds.). *Genre and the New Rethoric*. London: Taylor & Francis, 1994.
- MILLS, S. *Gender and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MOHAJAN, H. Qualitative Research Methodology in Social Sciences and Related Subjects. *Journal of Economic Development, Environment and People*, v. 7, n. 1, p. 23-48, 2018.
- MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. *D.E.L.T.A.*, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.
- OLIVEIRA, J. R. *A carta aberta como instrumento de ação social: uma proposta de intervenção à luz do letramento na EJA*. 2018. 133f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Mestrado Profissional em Letras, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.
- OLIVEIRA, N. A. F.; ZANUTTO, F. O gênero carta aberta: da interlocução marcada à interlocução esperada. In: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (Orgs.). *Gêneros textuais em contexto de vestibular*. Maringá: EDUEM, 2017. p. 133-152
- PAIVA, V. L. M. O. Gêneros da Linguagem na perspectiva da complexidade. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 19, n. 1, p. 67-85, 2019.
- PASSOS, C. M. T. V. Funções discursivas das cartas do leitor. In: SOARES, M. E. *Pesquisas em Linguística e Literatura*. Fortaleza: Universidade do Ceará, 2006.
- PASTANA, M. P. S. D. *Leitura e produção do gênero carta de leitor: os desafios de uma proposta de ensino*. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- PINTO, J. P. É só mimimi? Disputas metapragmáticas em espaços públicos online. *Interdisciplinar*, v. 31, p. 221-236, 2019.
- POMERANTZ, A. Preference in conversation: Agreeing and disagreeing with assessments. In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N. (Eds.). *The Discourse Reader*. 2nd ed. USA & Canada: Routledge, 2006 [1984].
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- RESENDE, V. M.; VIEIRA, V. C. Leitura e Produção de Texto na Universidade por meio de Roteiros de Aula: Um Exemplo da Abordagem. *Gláuks*, v. 16, n. 1, p. 75-97, 2016.



SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. *In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola.* Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SIGNORINI, I. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. *In: SIGNORINI, I. (Org.). Situar a língua[gem].* São Paulo: Parábola, 2008.

SILVA, V. L. P. P. Variações tipológicas no gênero textual carta. *In: KOCH, I. V.; BARROS, K. S. M. (Orgs.). Tópicos em Linguística de Texto e Análise da Conversação.* Natal: EDUFRN, 1997.

TERKOURAFI, M. Beyond the micro-level in politeness research. *Journal of Politeness Research*, v. 1, n. 2, p. 237-262, 2005.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. *Matrizes*, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.

WATTS, R. J. *Politeness.* Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [2003].

## **Rodrigo Albuquerque**

---

É doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília e professor adjunto da mesma instituição de ensino. E-mail: rodrigo.albuquerque.unb@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5279-4311>.

## **Rafael Nogueira Cavalcante**

---

É licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas pela Universidade de Brasília. E-mail: rafaelcavalcante.unb@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6297-8563>

*Recebido em 10/03/2022.*

*Aceito em 15/04/2022.*